



Reabrindo o debate sobre Nagle

a educação e a saúde
na historiografia brasileira*

Luiz Antonio de Castro Santos**

Resumo:

Busca-se debater os conceitos de Jorge Nagle sobre política e profissionalismo na educação brasileira, nas décadas que antecedem e inauguram o Estado Novo. Os conceitos de Nagle permitem analisar um período de efervescência ideológica e de campanhas cívicas em que muitos atores se destacavam, simultaneamente, como educadores e sanitaristas. A renovação técnico-administrativa no pós-1930 reduziu, mas não eliminou, a tônica política e ideológica que caracterizava o cenário *antes de Vargas*. De acordo com a visão de Nagle, aqui se defende que a técnica e o profissionalismo não excluam a política; sustenta-se, por fim, que os *novos profissionais* não se envolviam, forçosamente, em estratégias de “disciplinamento” de mentes e corpos, como sugerem alguns trabalhos recentes.

Palavras-chave:

Jorge Nagle; entusiasmo pela educação; entusiasmo pela saúde; novos profissionais.

* Texto apresentado ao IV Congresso Brasileiro de História da Educação, Goiânia (GO), de 5 a 8 de novembro de 2006; Grupo XV, eixo temático n. 6: “Intelectuais, pensamento social e educação”; coordenadora: Heliane Prudente Nunes.

** Professor adjunto. Ph.D. em sociologia, Universidade de Harvard (Estados Unidos). Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).





Reopening the debate about Jorge Nagle

the historiography of education
and health in Brazil

Luiz Antonio de Castro Santos

Abstract:

This paper aims to discuss the concepts of Jorge Nagle about politics and professionalism in Brazilian educational processes, in the decades that preceded and followed the “Vargas Era”. Nagle’s concepts allow us to analyze a rich period of ideological and civic effervescence, in which many participants were at the same time supporters of educational change and proponents of health reform. During the post-1930 decades, the new technical and administrative trends did not eliminate the political and ideological climate that characterized the pre-Vargas years. Nagle’s work invites us to discuss some researches, that point out in his work a suggestion of an “exclusion” of politics by the new trends in professionalism. In addition, it is argued here that the politics of the “new professionals” studied by Nagle did not represent a cohesive proposal for the “control of minds and bodies”, as a few critics have erroneously suggested.

Keywords:

Jorge Nagle; education reform; health reform; new professionals.

O presente texto propõe-se a reabrir o debate sobre os conceitos de Jorge Nagle acerca da relação entre política e técnica na formação da educação brasileira, nas décadas que antecedem e inauguram o Estado Novo (Nagle, 2001). Logo de início, aqui reside um primeiro ponto polêmico em relação à literatura que se tem voltado para (ou contra) a obra do grande intelectual paulista: a meu ver, *Educação e sociedade na Primeira República* não focaliza uma suposta polaridade entre “política e técnica”, mas uma polaridade mais complexa, entre política e *profissionalismo*. Esse é um ponto central, um demarcador da análise aqui proposta.

Não há como alcançarmos a real extensão da proposta nagliana se não extrairmos algumas lições dos melhores teóricos da sociologia das profissões. Na pouca familiaridade da historiografia sobre a educação com os estudos clássicos sobre as profissões reside, a nosso ver, parte do problema: falar da história da educação como história da “disciplinização” de corpos e mentes é calar sobre uma das conquistas políticas mais importantes dos últimos 150 anos. Refiro-me, em primeiro lugar, ao processo histórico de difusão da educação como um direito social, na acepção rigorosa sobre cidadania discutida por T. H. Marshall, no capítulo IV de sua obra sobre cidadania e classe social, publicada a partir das “Marshall Lectures” em 1949, na Inglaterra (Marshall, 1963). Mais ainda, insisto em que a proposta foucaultiana¹ da “disciplinização” desconsidera o papel histórico que a formação e a consolidação das profissões – particularmente as chamadas “profissões sociais” – vieram a desempenhar, nas lutas populares, como instigadoras de movimentos libertários como o das sufragistas inglesas e norte-americanas, desde o século XIX. Antes da Primeira Guerra, as propostas de reforma social na

1. A visão de Michel Foucault, em que pese sua mirada universal – ou por isso mesmo –, não está afeita à melhor historiografia da educação. A situação de abandono brutal em que vivia uma população latino-americana na Primeira República – acesso desprezível à educação e à saúde, particularmente nas áreas rurais e nas periferias urbanas – faz pensar que, a crer nos objetos latentes ou manifestos da “disciplinização”, as oligarquias estariam em maus lençóis... A rigor, para nossos propósitos, a análise histórico-sociológica terá de captar não apenas o nível da universalidade, mas municiar uma análise que, no dizer de Florestan Fernandes, tenha sempre em vista “uma situação histórica peculiar” (Fernandes, 1973, p. 35).

Europa (e nos Estados Unidos, desde a chamada “Reconstrução”, depois da Guerra Civil) tiveram no trabalho das *social workers* um importante catalisador (Bailey & Brake, 1975)².

Na verdade, o fato de Nagle não se reportar diretamente à sociologia das profissões – com a exceção, talvez, da referência que faz a Karl Mannheim, quando este trata da *intelligentsia* como força de democratização da cultura – torna suas reflexões sobre o papel dos “educadores profissionais” (Nagle, 2001, p. 136) ainda mais auspiciosas, pois tudo parece indicar que estamos não apenas diante de uma intuição admirável, mas da mais genuína imaginação sociológica, no sentido proposto por Wright Mills. Nesse sentido, desde já tomamos posição diversa daquela defendida por Mirian Warde em seu estimulante prefácio à obra-mestra de Marta Carvalho, *Molde nacional e fôrma cívica* (Warde, 1998, p. 3-8, in Carvalho, 1998), quando a primeira autora corrobora a advertência da segunda “para os riscos decorrentes das categorias trabalhadas por Jorge Nagle [...]” (aliás, não apenas “trabalhadas”, lembramos, mas também *cunhadas* pelo autor!).

Um dos grandes méritos de *Educação e sociedade na Primeira República* revela-se logo em sua primeira parte. O que pareceria ser apenas uma síntese didática ou um sumário histórico sobre política, economia e sociedade, com um “apêndice” sobre “os movimentos político-sociais” e “as correntes de idéias” no primeiro período republicano, mostra-se na verdade um precioso trabalho de sociologia histórica. Quem se debruçar com cuidado sobre essa primeira parte verá que a ela se deve a riqueza dos famosos conceitos naglianos, balizadores da compreensão do processo educacional do período: “entusiasmo pela educação”, “otimismo pedagógico”, “profissionais em educação”. Como vimos sugerindo, essa primeira parte da obra permite, ademais, esclarecer algo que parece ter escapado à literatura recente e ao próprio Nagle: em uma palavra, insisto em que a abrangência de suas idéias não apenas dá conta, por assim dizer, dos processos educacionais. O que se defende aqui é que a leitura de sua

2. “*The role of the professional social worker had its roots in the poverty relief administrators*”, lembram os autores (Bailey & Brake, 1975, p. 5). Uma referência obrigatória para a sociologia das profissões é a obra de Dubar e Tripier (1998).

obra é igualmente pertinente para compreender as etapas mais decisivas do movimento sanitarista do Brasil republicano. Nagle, ao debruçar-se sobre o ideário e as ações da educação, não se apercebeu de que também falava das etapas mais importantes da reforma sanitária no país.

Na discussão sobre o nacionalismo, Nagle discute inúmeros movimentos e correntes de idéias, mas admite que “não cubram a totalidade das manifestações sobre o tema” (2001, p. 80). De fato, a Liga Pró-Saneamento não é citada, apesar de seu extraordinário papel político. A agitação política de seus membros – muitos deles militantes na Associação Brasileira de Educação (ABE) – favoreceu a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública em 1920 – capitaneado por Carlos Chagas. Essa instituição assumiu, de fato, importância simbólica e política muito maior do que a própria pasta da Justiça, à qual era subordinada, e, a nosso juízo, maior ainda que a Saúde, no binômio saúde & educação, sob Capanema, já na época de Vargas. Além disso, a liga permitiu a difusão das idéias antioligárquicas de Belisário Pena, que defendia uma centralização administrativa sob o comando do governo federal, sobrepondo-se aos domínios territoriais e interesses do mandonismo rural.

Esse tema remete à questão agrária. O sanitarismo rural, em vários aspectos, foi nitidamente antipatriarcal – como os trabalhos e panfletos de Belisário Pena sugerem e a atuação de Monteiro Lobato em favor da “idéia-força do saneamento” reforça. Esse foi o outro lado da moeda – bastante forte, na época – do agrarismo como ideologia da ordem e de sustentação das estruturas latifundiárias. A luta pelo “saneamento dos sertões”, uma das bandeiras da Liga Pró-Saneamento, justamente questionava o mandonismo rural e propunha ao país algumas reformas sociais importantes, para superação da miséria e da doença denunciadas pelas expedições científicas dos sanitaristas – como a viagem de Belisário e Arthur Neiva aos sertões do Nordeste, em 1916, comissionados por Oswaldo Cruz. Essa dimensão do ruralismo escapou à pena de Nagle: uma defesa do “rural” com elementos de uma ideologia “antiurbana”, sem dúvida; mas, ao mesmo tempo, uma defesa da pequena propriedade, de políticas compensatórias para a população do campo e para a superação do quadro sanitário miserável da vasta população rural; e pela difusão de

Postos de Profilaxia Rural pelos sertões do país. Se tivesse se apercebido dessa outra face do ruralismo, Nagle teria encontrado igualmente as principais pistas do que hoje nós denominaríamos “entusiasmo pela saúde”, entre os militantes da Liga Pró-Saneamento.

Nagle tampouco enfatiza o que Marta Carvalho refere, acertadamente, como a forte presença das teorias raciais e de seus parâmetros da eugenia (Carvalho, 1997), nessa época em que ninguém, a rigor, escapava de um certo biologismo social, no Brasil ou na França, na Alemanha ou nos Estados Unidos. No entanto, essa omissão não fez falta à narrativa do autor. Ocorre que, de modo geral, as análises sobre os usos simbólicos da raça no Brasil acabam por embaralhar equivocadamente – como faz Carvalho no texto citado – o trigo e o joio. Pois não é verdade que todo educador – e eu acrescentaria, todo sanitarista – ponderava ou limitava “suas intenções políticas de levar a educação [e a saúde] a todos os cidadãos” por critérios raciais (idem, p. 229); apenas uma minoria sustentava que eugenia e manutenção da ordem se uniam intimamente. Se excetuarmos essa minoria, para os outros era possível a superação de nossas “limitações” raciais. Mesmo entre os fundadores da Sociedade Eugênica de São Paulo, em 1918, ou entre os militantes da Liga Brasileira de Saúde Mental, de 1922, havia profundas dissensões. Por exemplo, entre Renato Kehl, que antevia no Brasil “uma salada de raças incompatíveis”, e Edgard Roquette-Pinto, para quem o Brasil era um grande hospital, mas não era “degenerado” biologicamente³. Nesse sentido, não se pode afirmar, sem incorrer em redução sociológica descabida, que “o peso da hereditariedade [...] era marca de um destino que a educação [ou a saúde, diríamos] era incapaz de alterar” (idem, *ibidem*). Isso era verdade apenas para um segmento dos eugenistas. Em contrapartida, com base em bibliografia da nova geração de historiadores da saúde no Brasil, Marta Carvalho explicita aquilo que escapou a Nagle: o fato de que saúde e educação “se apresentavam, para seus agentes, como questões indissociáveis” (idem, p. 305). Expandindo sua análise: “O movimento protagonizado por médicos e higienistas em favor da reforma da saúde

3. Ver Kobayashi (2006).

tem inúmeros pontos de contato com o promovido por amplos setores da intelectualidade em favor da ‘causa educacional’, nos anos 20” (idem, *ibidem*). Em seguida discorre a autora sobre uma proposta que seria a mais abrangente, uma espécie de denominador comum de todos os movimentos, pela “educação integral”, que incluiria ainda a saúde e o trabalho (idem, p. 306). Essa proposta talvez contemplasse os ideais mais abertos à mudança social, como os de um Manoel Bonfim ou de um Azevedo Sodré; do mesmo modo, as posições mais conservadoras – dos eugenistas radicais, por certo – acrescentariam aos dois elementos um terceiro, a “moral”, ou a “higiene racial”. No fundo, estávamos diante de um binômio, “higiene social” *versus* “higiene racial”, que daria conta de um conjunto multifário de posições e propostas por parte de diversos movimentos sociais, em que se opunham, de um lado, a conquista da cidadania para todos e, de outro, a confirmação dos desígnios e aspirações elitistas de uma raça eleita ou superior.

Mas é outra a análise proposta por Marta Carvalho, que prefere situar todos os movimentos como variantes de um mesmo superesquema de dominação de classe para “estruturar dispositivos mais modernos de disciplinarização social” (1997, p. 306). Por caminhos um tanto tortos, cabe lembrar as posições do sanitarismo rural, cujos agentes justamente antepunham à “polícia médica” de herança alemã os modelos de “consciência sanitária” – por meio do trabalho não-policia de “educadoras sanitárias” e enfermeiras de saúde pública – que seriam impensáveis para os efeitos de uma “disciplinarização social” das populações do campo. Ora, pensar o campo pela metáfora da *fábrica* – como faz a autora – conduz facilmente a análise em direção a esquemas tayloristas e disciplinares, que podem então ser vistos por toda a parte do território nacional. Mais ainda, trata-se de uma metáfora inapropriada, pois prenuncia uma leitura das mentes e atitudes dos fazendeiros por uma óptica da economia do café. Se levarmos a análise às últimas conseqüências, a elite cafeicultora seria formada por agentes tão impregnados “pelos novos ritmos da sociedade da técnica e do maquinismo” (idem, p. 307) como os coronéis do sertão ou do agreste nordestino. Muito ao contrário de constituírem atos disciplinares para o povo, a difusão da profilaxia rural – para ficar num só exemplo – era não raro um ato disciplinador

para o fazendeiro ou para o coronel, que se viam obrigados à inspeção sanitária dos seus domínios por alguém que representava um poder estranho e uma intervenção, para eles, descabida. No jardim infértil do domínio oligárquico, as flores nasciam de formas de pensamento e ação improváveis, captadas por Nagle. De modo que, se Jorge Nagle não se debruçou sobre essas facetas do ruralismo, que teriam por certo exigido uma discussão sobre os “otimistas” e “entusiastas” da saúde, bem como sobre os profissionais que se formavam no antigo Instituto de Higiene, em São Paulo, ou em Manguinhos, no Rio de Janeiro, nem por isso deixou de legar-nos suas fecundas categorias de análise, que resistem ao tempo e ao escrutínio.

Apresenta-se aqui um convite ao debate, algo raro nos dias de hoje, em que até as resenhas, em vez de leituras críticas fundamentais, se tornaram peças do *marketing* editorial, com as exceções de sempre. Como já adiantei anteriormente, uma obra central com que procuro debater – captando apenas algumas idéias de um livro denso, que mereceria e merece mais atenção – é o livro de Marta Maria Chagas de Carvalho (Carvalho, 1998), lastreado em ampla pesquisa dos arquivos da ABE. Como sabemos, a ABE, desde o estudo de Nagle (2001, p. 160, 163, 348) e agora, de maneira cabal, pelo estudo de Marta Carvalho, foi a caixa de ressonância dos ideais de construção nacional, irradiados, desde os anos de 1920, pelas elites intelectuais e políticas do Distrito Federal para outras regiões do país. Meu ponto de partida são justamente os conceitos de Nagle, alvos das citadas “advertências” e dos reparos de Warde e Carvalho e resultantes, por sua vez, de leituras pouco generosas – senão abertamente equivocadas. Ao contrário de ver em seu conhecido trio conceitual quaisquer “riscos” para a historiografia, sustento que as hipóteses de Jorge Nagle não somente resistem à crítica mais recente, como têm fôlego de sobra para sugerir pistas heurísticas para uma outra área, uma “área-irmã” da educação desde as primeiras décadas republicanas: refiro-me à saúde, ou ao campo da reforma sanitária.

Esses dois termos do debate, que compõem o binômio educação

& saúde, têm de ser rediscutidos à luz da função que desempenharam, como portas (ou fendas) abertas no arcabouço pesadamente oligárquico e conservador daqueles tempos. Por essas fendas ou portas entreabertas havia, é claro, os que militavam na ABE justamente para tentar soldá-las ou fechá-las para valer – como os tais que circulavam como moscas em torno do discurso pegajoso de um Ferdinando Labouriau. Mas a diversidade de posições era a nota-chave da ABE, que contava também com figuras combativas, de oposição à sociedade oligárquica, como Edgar Sussekind de Mendonça, Manoel Bonfim, Bertha Lutz e Armanda Álvaro Alberto, entre tantos outros. Alguns higienistas ou sanitaristas de peso, como Afrânio Peixoto, os irmãos Ozório de Almeida, Azevedo Sodré e Belisário Pena – este, tendo tomado mais tarde um descaminho integralista –, foram militantes da associação e, nesse sentido, somaram-se aos ideais de *nation-building*, ou de construção da nacionalidade, que discuti em trabalho anterior (Castro Santos, 1985; republicado em Castro Santos, 2003). A leitura dos trabalhos de crítica aos “donos do poder” da Primeira República, como os manifestos sanitaristas de Belisário, ou a militância-cidadã de Armanda, discutida com paixão e arte por Ana Chrystina Mignot (2002), já deveriam ser suficientes para apontar a dificuldade, senão a impossibilidade, de reduzir as atividades da ABE a um bastião ou posto avançado da “disciplinarização da população pobre” e da construção de “muralhas de aço morais” contra os destituídos (Carvalho, 1998, p. 185).

Aliás, a passagem bastante extensa em que Marta Carvalho discute as práticas comemorativas da ABE, servindo-se da metáfora das exposições do museu, me parece inadequada, pois naquelas páginas sente-se a autora apresentando conclusões absolutamente esquemáticas. É o que ocorre com o comentário sobre as produções culturais, como “idealidade” em que se “oculta” (intencionalmente?) o processo de produção do objeto, que se mostram ao espectador “como exemplaridade olímpicamente neutra” etc. Não creio que nenhuma produção cultural, mesmo as modestas iniciativas da ABE, consigam ou pretendam uma neutralidade olímpica. Sob o olhar crítico da autora, as programações festivas parecem ter um propósito sempre oculto, sempre insidioso. “A operação é hábil”, diz ela, e o espectador é-nos apresentado como um ente passivo, “cativo dos modelos oferecidos”

(p. 182-183). A análise da produção cultural, no texto, por vezes resvala para uma leitura conspiratória: quando um colaborador da revista *Schola* (publicação da ABE) se refere à experiência londrina do século anterior, de luta contra a miséria, contra a qual se opôs “a muralha de aço da solidariedade humana” pela educação de adultos (citação da revista, p. 185), as palavras do artigo são treslidas como uma procura de uma “muralha de aço moral” que impedisse a propagação da miséria às elites etc.

Meu propósito, ao fazer esses comentários críticos, é sugerir que a pesquisa feita pela autora – densa e penosamente garimpada nos arquivos – infelizmente se revestiu de uma interpretação que, a meu ver, desfigurou seu objeto de pesquisa a ponto de não captar a riqueza e a intuição maiores da contribuição de Jorge Nagle. O método – mesmo quando empregado com maestria, como é o caso de *Molde nacional e fôrma cívica* – muitas vezes deixa de ser uma usina de força, como deveria ser, para desgastar a rugosidade de um fenômeno histórico ou enfraquecer uma interpretação alternativa. O primeiro período republicano – particularmente o decênio final – foi farto e fértil em ideologias e campanhas cívicas – a “defesa nacional”, a “construção do Estado”, o “entusiasmo pela educação” e o “otimismo pedagógico”, o “saneamento dos sertões” – correntes de pensamento e movimentos típicos de elite, que não obstante sacudiram a vida do país, provocaram surtos de modernização e algumas conquistas palpáveis no terreno das políticas sociais. Mais ainda, mesmo quando deram em nada do ponto de vista de programas concretos, deixaram a marca profunda nas ideologias de mudança no pós-1930, como foi o caso da luta pela difusão dos centros de saúde e da concepção distrital pelos sanitaristas herdeiros de Carlos Chagas e Barros Barreto (Castro Santos & Faria, 2002), ou no radicalismo da proposta lúdica dos parques infantis, como “laboratório experimental da humanização da brasilidade”, no dizer de Marcos Cezar de Freitas (Freitas, 1997a, p. 265). Esses lemas estiveram de tal modo interligados, no ideário daquele período republicano, que boa parte das figuras que se destacavam como educadores também estava na vanguarda do movimento sanitaria. Já se mencionaram os nomes de Azevedo Sodré, Belisário Pena, Álvaro Ozório de Almeida e Miguel Ozório de Almeida. Todos esses atuaram nas duas frentes de propagação de idéias e têm sido muitas vezes retratados de modo parcial em enciclopédias e

estudos especializados, de tal modo que se perde de vista não apenas a inteireza do perfil do biografado, mas a própria diversidade do cenário cultural, em que as questões mais candentes e de apelo político para alguns setores das elites – para além da vida financeira e do burburinho partidário – estavam intimamente entrelaçadas durante aquele período histórico.

Ao falar “dos grandes ideais do decênio de 1920”, Antonio Candido realçava as tentativas de alguns movimentos pela cultura, já no pós-1930, de “arrancá-la dos grupos privilegiados para transformá-la em fator de humanização da maioria através de instituições planejadas” (Candido, 1971, citado em Freitas, 1997b, p. 265). No caso de alguns grupos importantes da ABE, como de outros movimentos de caráter cívico da Primeira República, conformava-se, em última instância, um molde nacional de alto-relevo, em que as personagens, associações e eventos voltados para a educação e saúde – como os Congressos Brasileiros de Higiene – se destacavam do fundo embaciado das ideologias da ordem oligárquica. Não destacar a força vital desses movimentos nos acontecimentos de alcance popular da Era Vargas e dos decênios seguintes – abortados pelo golpe militar – significa, a nosso ver, subestimar a força simbólica desses “entusiasmos” e “otimismo” nos períodos subseqüentes ao decênio de 1920.

Insisto nesse ponto. Essa primeira época republicana – a década de 1920, particularmente – gerou um amplo movimento geral de renovação, responsável, ao iniciar-se o período varguista, pela criação do Ministério de Educação e Saúde Pública e pelos avanços obtidos no setor, ainda que revestidos de um arcabouço técnico-administrativo e desprovido do caráter francamente político-ideológico que caracterizava o movimento *antes de Vargas*. Isso significa que a formação das gerações de profissionais da saúde e da educação, no pós-1930, se revestiu de um caráter funcional importante – de suprir as políticas públicas e o setor estatal em crescimento com os quadros de formação técnica e científica – mas perdeu muito do *entusiasmo* pela saúde e pela educação, à medida que as instituições planejadas ganhavam corpo e raios de ação. Max Weber estudou esses processos históricos de rotinização e racionalização, mostrando como eles podem ceder pouco espaço aos elementos “simbólicos” ou à paixão política. Esse é um ponto crucial para o debate, pois o que aqui se defende é que houve mudança de tônica *política* – este, o recado de Nagle! – entre

os “novos profissionais” da educação e saúde. Dos fins da década de 1920 em diante, eles voltaram-se para o emprego de discurso, argumentação e propostas vincadas num terreno mais técnico. T. H. Marshall chamou a atenção para o fato de que, com o novo horizonte cultural e político das profissões, o que passa a estar em jogo não é ainda a eficiência mecânica ou dos negócios. Muito menos antes de 1930, diria eu, quando as estratégias de natureza “fordistas”, que Gramsci associou ao cenário norte-americano, não cabiam no universo patrimonialista dos trópicos⁴. O que está em jogo, com os novos profissionais, aqui como alhures, é o que o sociólogo inglês chama de “social efficiency”; caberá ao novo profissional buscar soluções para as “democracias doentias e sofridas do pós-guerra” (Marshall, 1963, p. 179). Se Nagle propôs a famosa distinção entre “entusiasmo pela educação”, “otimismo pedagógico” e “profissionais em educação”, estava definindo *estruturas de relevância* – para usar o termo caro às correntes da fenomenologia – em que política e técnica ganhavam peso ou relevo distintos no interior do discurso de educadores (e de sanitaristas, eu acrescentaria), mas que todavia *não se excluíam* de modo definitivo. Há períodos de mudança nas posições relativas ocupadas por essas dimensões, como se dá, por exemplo, na época de Juscelino e Jango, em que de novo bandeiras e lemas ressurgem com grande força simbólica, tanto no campo da saúde como da educação.

O primeiro regime varguista sugere pontos sociologicamente polêmicos para debate. A saúde pública e a educação atravessam uma fase de franca institucionalização, durante o longo período do ministério Capanema. Criam-se, durante todo o período de Vargas, as primeiras gerações de sanitaristas e educadores profissionais, movidos por um ideário nacionalista e estatista *de corte distinto* dos movimentos de “salvação nacional” da

4. Ainda sobre Antonio Gramsci, sua visão abertamente política, que discute graus de (des)funcionalidade em relação à revolução, pode não obstante obscurecer a compreensão de comportamentos ligados à lógica do profissionalismo. Esse fenômeno guarda, a meu ver, certa independência em relação ao binômio conservadorismo *versus* atitude revolucionária; exceto em períodos de grande efervescência revolucionária, que exigem tomadas de posição política incontroversas, por parte dos atores intelectuais. Em tais situações parece-me que a visão gramsciana tem seu melhor rendimento heurístico.

Primeira República. Essa distinção, insisto, é importante. O país assiste, nessa época, à vasta campanha contra a malária e o mosquito transmissor (o *Anopheles gambiae*) no Nordeste, coordenada por sanitaristas brasileiros e norte-americanos e financiada, basicamente, pela Fundação Rockefeller. O ideário escolanovista assistiu, no campo institucional, à fundação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), um exemplo da efervescência, quanto à organização administrativa e à formação de profissionais, que caracterizaria também o campo da saúde. Ainda nessa área, a campanha antimalárica prenunciou a independência tardia do campo da saúde pública em relação à co-irmã – a educação – pela criação de ministério autônomo, em 1953, já no segundo período de Vargas. Esse meio século tem sido recentemente explorado por uma extensa bibliografia. Mas alguns textos são, em meu juízo, referências fundamentais para a análise da formação do campo educacional e sanitário. Os *intelectuais* da educação (Bomeny, 2001; Carvalho, 1998; Fávero & Britto, 2002; Freitas, 1997; Kuhlmann Júnior, 2001; Lobo, 2002; Mignot, 2002; Nunes, 2000, 2001; Paiva, 1973; Silva, 2002; Vidal, 2000) e da saúde (Campos, 2002; Castro Santos, 1985; Castro Santos & Faria, 2003; Faria, 2007; Hochman, 1998; Lima, 1999; Lobo, 2002; Marinho, 2001; Paiva, 2003) são, particularmente a partir de 1930, os novos *profissionais* da educação e saúde de que nos fala Jorge Nagle. Algumas dessas obras constituem a base analítica e empírica a partir da qual novas pesquisas deverão aprofundar e esclarecer, de modo absolutamente heurístico, afecundidade interpretativa e a acuidade histórica da obra nagliana.

Referências bibliográficas

BAILEY, Roy; BRAKE, Mike. Social work in the welfare state. In: _____ (orgs.). *Radical social work*. Nova York: Pantheon Books, 1975.

BOMENY, Helena. Infidelidades eletivas: intelectuais e política. In: . (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro, FGV, 2001.

CAMPOS, Cristina de. *São Paulo pela lente da higiene: as propostas de Paula Souza para a cidade (1925-1945)*. São Carlos: Rima, 2002.

CANDIDO, Antonio. Apresentação. In: DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: Edarte, 1971.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos Cezar de. *História social da infância no Brasil*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco; São Paulo: Cortez, 1997.

_____. *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 1998.

CASTRO SANTOS, Luiz Antonio de. O pensamento sanitarista na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 193-210, 1985.

_____.; Antonio Augusto de Azevedo Sodré. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros (orgs.). *Dicionário de educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais*. 2. ed. aumentada. Rio de Janeiro: UFRJ/MEC-INEP, 2002.

_____. *O pensamento social no Brasil: pequenos estudos*. Campinas: EDICAMP, 2003.

_____.; FARIA, Lina. Os primeiros Centros de Saúde nos Estados Unidos e no Brasil: um estudo comparativo. *Teoria e Pesquisa*, São Carlos: Departamento de Ciências Sociais/UFSCAR, n. 40, p. 137-182, jan./jul. 2002.

DUBAR, C.; TRIPIER, Pierre. *La sociologie des professions*. Paris: A. Colin, 1998.

FARIA, Lina. *Saúde e política: a Fundação Rockefeller e seus parceiros em São Paulo*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007 [no prelo].

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

FÁVERO, Maria de Lourdes; BRITTO, Jader de Medeiros (orgs.). *Dicionário de educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais*. 2. ed. aumentada. Rio de Janeiro: UFRJ/MEC-INEP, 2002.

FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *História social da infância no Brasil*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco; São Paulo: Cortez Editora, 1997a.

_____. História da infância no pensamento social brasileiro: ou, fugindo de Gilberto Freyre pelas mãos de Mário de Andrade. In: _____. (org.). *História social da infância no Brasil*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco; São Paulo: Cortez Editora, 1997b.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec/ANPOCS, 1998.

KOBAYASHI, Elizabete M. *Movimento eugenista no Brasil: elementos de um caleidoscópio*. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Política Científica e Tecnológica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. *As grandes festas didáticas – A educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ/UCAM, 1999.

LOBO, Yolanda Lima. Bertha Lutz, Branca de Almeida Fialho, e Miguel Ozório de Almeida. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros (orgs.). *Dicionário de educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais*. 2. ed. aumentada. Rio de Janeiro: UFRJ/MEC-INEP, 2002.

MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. *Norte-americanos no Brasil: uma história da Fundação Rockefeller na Universidade de São Paulo (1934-1952)*. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Universidade São Francisco, 2001.

MARSHALL, T. H. *Class, citizenship, and social development*. Chicago/Londres: University of Chicago Press, 1963.

MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. *Baú de memórias, bastidores de histórias: o legado pioneiro de Armanda Álvaro Alberto*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001 [1. ed. 1974].

NUNES, Clarice. *Anísio Teixeira: a poesia da ação*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2000.

_____. As políticas públicas de educação de Gustavo Capanema. In: BOMENY, H. (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

PAIVA, Carlos Henrique Assunção. *A saúde pública em tempos de burocratização*:

um estudo histórico-comparativo (Rio de Janeiro e São Paulo, 1930 -1960). Tese (Doutorado) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

PAIVA, Vanilda P. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola, 1973.

SILVA, Graziela Moraes Dias da. *Sociologia da sociologia da educação: caminhos e desafios de uma policy science no Brasil (1920-1979)*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.

THIELEN, Eduardo Vilela; SANTOS, Ricardo Augusto dos. Belisário Pena: notas fotobiográficas. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 9, n. 2, p. 387-404, maio/ago. 2002.

VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Na batalha da educação: correspondência entre Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo (1929-1971)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

Endereço para correspondência:

Luiz Antonio de Castro Santos

Universidade do Estado do Rio de Janeiro,

Depto. de Planejamento e Administração em Saúde

Rua São Francisco Xavier, 524 – bloco E – 7° andar

Rio de Janeiro-RJ

CEP 20550-013

E-mail: lacs@ims.uerj.br

Recebido em: 28 nov. 2006

Aprovado em: 18 jun. 2007